

**PKS**

PUBLIC  
KNOWLEDGE  
PROJECT

**REVISTA DE GEOGRAFIA  
(UFPE)**

[www.ufpe.br/revistageografia](http://www.ufpe.br/revistageografia)

**OJS**

OPEN  
JOURNAL  
SYSTEMS

## **IDÉIAS-EIXO E TAMBÉM AS FORA-DE-EIXO: CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

*Nilo Américo Lima<sup>1</sup>*

<sup>1</sup>Prof. Dr. Departamento de Ciências Geográficas. Universidade Federal de Pernambuco. Email: nilolimanet@gmail.com

*Artigo recebido em 07/11/2012 e aceito em 23/11/2012*

### **RESUMO**

Ao considerar o território brasileiro como uma obra não acabada, este artigo se insere neste debate com a perspectiva do espaço banal, espaço de todos. O território é visto por meio da relação entre população e recursos e sob o tema do desenvolvimento territorial, mobilizando política e cultura, idéias-eixo e as fora-de-eixo. O princípio da conexão geográfica é revisitado como paradigma, pelo modo espacial de existência e pela teoria da formação territorial como mediação geográfica da economia política e da ecologia política. Outra dimensão é a perspectiva política do território, tendo o homem como escala e medida geográfica irredutível. Objetiva-se desnaturalizar perspectivas de desenvolvimento analisando eixos territoriais aplicados no território, vistos nas representações e discursos de organização do espaço. Considera-se o processo epistemológico e ontológico de revalorização do espaço geográfico na teoria social não enquadrada e transformadora.

**Palavras-chave:** ciência geográfica, ser-estar, desenvolvimento territorial, escalas geográficas, espaço multidimensional.

### **SHAFT IDEAS AND ALSO THE OFF-SHAFT: CONSIDERATIONS ON TERRITORIAL DEVELOPMENT**

#### **ABSTRACT**

When considering Brazil as a work unfinished, this article is part of this debate from the perspective of banal space, all space. The territory is seen through the relationship between population and resources and under the theme of territorial development, mobilizing politics and culture, shaft ideas and off-shaft. The principle of geographical connection is revisited as a paradigm, the spatial mode of existence and the theory of territorial formation as geographical mediation of political economy and political ecology. Another dimension is the political perspective of the territory, with man as scale and geographic extent irreducible. It aims to denaturalize development prospects analyzing territorial shafts applied in the territory, seen in representations and discourses of spatial organization. It is considered the epistemological and ontological revaluation process of geographic space in transformative and not framed social theory.

**Keywords:** geographical science, be-being, territorial development, geographic scales, multidimensional space.

## INTRODUÇÃO

Gro Harlem Brundtland, que na condição de chefe da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento é uma das responsáveis pela origem do conceito idéia-eixo de desenvolvimento sustentável, em recente visita ao Brasil, afirmou que, passados vinte e cinco anos do relatório “Nosso Futuro Comum”, este paradigma ainda não foi implementado em lugar algum (ÂNGELO, 2012). No limite, esta declaração da líder ambientalista internacional poderia nos levar a considerar o desenvolvimento sustentável como proposição u-tópica (aquilo que não tem lugar), e como prática destituída de total sentido racional, caso retomemos a leitura aristotélica de Milton Santos (2005 p. 21): “o que não está em nenhum lugar não existe”. O futuro não nos seria comum? Nem tampouco nosso? Tão incisiva sentença, proferida pela autora do Relatório Brundtland, poderia nos levar a quais perspectivas? A qual estado da arte nas relações entre sociedade e natureza? E,

para ser mais territorial, a qual configuração nas relações entre população e recursos? O território não pode ser considerado uma obra acabada, e por isso, não se pode abdicar da perspectiva de futuro, nem do comum, nem do coletivo nosso.

O tema do desenvolvimento territorial, em um plano mais particular, e a temática do desenvolvimento têm estado presente no universo último das conexões geográficas, as preocupações com o habitat do homem,

*[...] o arranjo de espaço [...] identificado por sua forma própria de paisagem enquanto modo de ser-estar geográfico da humanidade [...]* (MOREIRA, 2011, p. 52).

Temática que abriga, portanto, concepções de território, territorialidade, territorialização. E que movimenta um umbral de idéias-eixo e foras-de-eixo, essa porta de entrada que mobiliza os campos de política e cultura, com necessidade metodológica de multidimensionalidade do espaço geográfico (FERNANDES, 2005). Para pensar o espaço em composição:

como produto e produção; lugar de onde se parte e aonde se chega; como movimento e fixidez; processo e resultado.

Para muitos, idéias podem ser fluidas demais para tal esforço de método: “idéias estariam no ar”, sendo, por isso, não captáveis. Para a geografia, mesmo o ar é conceito, no esforço da climatologia geográfica em definir as propriedades deste elemento em úmido, seco; medindo temperatura, ponto de orvalho, umidade, poluição atmosférica. Mas, é preciso lembrar que na perspectiva do trabalho com as ideologias geográficas, não se deve igualar os planos de idéia e matéria

*[...] tomando a idéia enquanto energia (este materialismo rasteiro [que] envolve um desvio anti-humanista e uma capitulação naturalista) [...]” (MORAES, 1996, p. 22).*

Trata-se, portanto, de articular a produção do espaço aos sujeitos, desvendando as teleologias, as intenções, as motivações, os projetos, enfim os valores. Ainda neste plano metodológico, faz-se necessário desarticular fetiches e

idealizações amplamente divulgadas, tais como as ‘consciências coletivizadas’ (consciência ambiental; consciência ecológica; e outros que tais) que confunde consciência – atributo individual, intransferível – com valores, estes sim, plenamente sociais, passíveis de negociação e trabalho político.

### **PELAS CONEXÕES GEOGRÁFICAS<sup>1</sup>**

Em meio ao contexto dos acontecimentos envolvendo a “Primavera de Praga”, na Tchecoslováquia de 1968; e no exílio, em Genebra, Suíça, a personagem Sabina, na obra “A Insustentável Leveza do Ser” – romance e filme – reflete, em dialogo com Franz, personagem professor universitário, as tensões do “modo espacial de existência” (MOREIRA, 2011), este modo que sustenta o ser e o estar. O mote entra em cena quando Franz, o professor universitário, vindo em equívocos, diz a Sabina que os acontecimentos na Tchecoslováquia de 1968, seriam uma tragédia – aquele drama maior sem

causalidade ou culpados. Sabina ironiza e contesta o docente. Duplamente, inclusive, pois o professor segue em tropeços com os relatos empolgados de sua participação nas marchas libertárias de Paris, sobre as quais ele expressa que “[...] o mundo inteiro parecia marchar [...]”. Sabina lhe mostra que, na particularidade de seu caso, no seu modo espacial de existência, marchar, ao contrário, era opressão. Tinha sido muitas vezes forçada a participar destes eventos marchantes. E emenda, refletindo novas tensões acumuladas em seu local de exílio, em Genebra:

*Em todos os lugares a música está se tornando barulho [...] Essas flores de plástico. Eles até a colocam na água. [...] esses prédios [...] o enfeioamento do mundo. O único lugar onde encontramos beleza é onde seus perseguidores ainda não a encontraram. É um processo planetário, e eu não suporte. (A INSUSTENTÁVEL leveza do ser. DVD vídeo, 2007).*

Ao contrário do estado de peso em que se encontra a personagem Sabina, peso refletido nos dramas de tempo-espço, de ser e de estar, Ruy Moreira (2011) resgata

tesouros de belezas da herança cultural da geografia no princípio da conexão geográfica, a partir de J. Brunhes, por meio de quem, pelo seu trabalho, este sujeito da fronteira, essa geografia híbrida e de contato, temos o ponto de partida da sintaxe. Fala-se da relação lógica, da reconstrução da interpretação geográfica na “senda das grandes análises”. E por isso, este sugestivo título, esse movimento assim denominado de “Correndo atrás do prejuízo: o problema do paradigma geográfico da geografia” Ruy Moreira (2011).

Na origem, J. Brunhes, recusando acometimentos dualistas e fragmentadores, propõe o movimento integralizador, de composicionalidade do espaço (FERNANDES, 2005) entre os eixos da relação homem-natureza com a relação homem-espço. É Brunhes que realiza as composições entre Humboldt e Ritter, e entre Vidal e Ratzel como mostra Ruy Moreira (2011). No entanto, outros mestres da geografia abraçam a proposta

de trilhar a senda desta “sintaxe geográfica”. Sintaxe cujo sentido:

*É o metabolismo estabelecido entre o homem e o meio no âmbito seminal das relações intra-natureza de que o homem faz parte como um ente natural entre os demais entes naturais, o tema da análise. Todavia, visando flagrá-lo no seu modo espacial de existência. (MOREIRA, 2011, p. 57).*

Nesse mesmo foco, nessa conexão pela qual o homem-natureza se faz homem-espaco, abordamos, por ocasião de nossa tese de doutoramento, questões de política ambiental a partir da perspectiva da formação territorial. Este trabalho se pautou em um recorte-debate sobre um Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC), no sertão do Norte de Minas Gerais. Propusemos um caminho metodológico, pelo qual:

*[...] o meio ambiente não está lá e nós, a sociedade, aqui. Meio ambiente é uma forma de particularização que a sociedade imprime ao meio natural e ao meio construído e que, para isso, conta com a mediação de alguns processos da geografia política, tendo*

*esta dimensão construído historicamente o território como mediação. (LIMA, 2008, p. 04).*

Tratando assim a problemática da natureza, não como metáfora advinda de aportes construídos na fragmentária perspectiva sujeito-objeto. E desse modo, o desafio que se impõe ao pensamento da geografia, à luz do princípio das conexões geográficas, é a apreensão das tensões, a dialética enfim, força maior desta dinâmica reconhecida como os arranjos de organização do espaço,

*[...] uma vez que do seu conhecimento é que se pode agir sobre os desequilíbrios, formular planos de superação, avaliar tendências [...] [repondo] a reflexão geográfica na senda das grandes análises, sem as quais não se elucida e se encaminha solução real para nada”. (MOREIRA, 2011, p. 58).*

Ainda nesta perspectiva, se faz necessário o reconhecimento metodológico de que o “espaço é multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação” (FERNANDES, 2005, p. 26). E é nisso que se deve reconhecer que as leituras espaciais fragmentárias podem se colocar

como forças promotoras de desigualdades e de diferentes formas de exclusão. Neste viés estão as análises parciais, uniescalares, com ênfase setorial, hegemônica e são representadas, nas suas intencionalidades e valores, por idéias-eixo que sustentam diversas propostas desenvolvimentistas e de apropriação territorial. Assim, na ponderabilidade de métodos desfragmentadores, pautamos nossa filiação às propostas de superação destas epistemologias de fragmentos, por meio do renovado princípio das conexões geográficas.

## **DO ESPAÇO, NINGUÉM ESTÁ COM O CORPO FORA: TERRITÓRIO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTOS**

Como problemática constante, o recorte de nossa tese de doutoramento, “Conservação no cerrado, território, política pública: o mosaico Sertão-Veredas Peruaçu” (LIMA, 2008) procurou contribuir e defrontar propostas de

implantação de políticas ambientais: projetos que se propunham a juntar os eixos balizadores de concepções de desenvolvimento a eixos delimitadores de concepções de território.

A nosso ver, dois eixos de abordagem se mostraram relevantes durante nossa pesquisa neste sertão: a noção de “desenvolvimento sustentável” e a estratégia de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista. Dois eixos claramente relacionados a políticas ambientais, estas entendidas como modalidade de política territorial, por uma lógica em que

*[...] o ambiental não se homogeneíza num só alvo de ação, antes se difunde como uma faceta inerente a todo ato de produzir espaço [...] (MORAES, 2002, p. 30).*

Nesse recorte, testamos a noção de multidimensionalidade do espaço. Para tanto precisaríamos estar calçados em contribuições teóricas que sustentassem nossa avaliação e compreensão dos conceitos de desenvolvimento, território e meio ambiente. Neste caminho,

privilegiamos, por assim dizer, o modo espacial de existência. Assim, mobilizamos, sobretudo, dimensões que a literatura geográfica vem desenvolvendo no caminho de renovação da teoria social crítica.

O território foi compreendido como um ente político, porém em diversas dimensões, conforme o debate das contribuições se prestava a oferecer instrumentos de análise. A dimensão da economia política foi alçada por meio da noção de formação territorial naquele sentido em que determinações gerais do modo de produção deveriam ser apreendidas desvendando particularidades. Assim, uma das óticas propõe que a manifestação política na órbita do capitalismo não

*[...] pode ser dissociada da figura do Estado. A formação territorial sob este modo de produção é, antes de mais nada, o exercício do progressivo domínio estatal dos diversos âmbitos territoriais do planeta [...] (MORAES, 2000, p. 62).*

Tinha-se, assim, a noção de economia política mobilizando escalas e conceitos de economia-mundo, centro-

periferia, processos de colonização, recolonização e modernização. E o papel do Estado em suas transformações de metrópole imperial a império nacional, bem como as diversas modalidades republicanas. Em todos estes momentos certo padrão no território: a recorrência na exploração intensiva dos recursos naturais, acompanhada da exploração extensiva do ponto de vista do espaço. Nossa pesquisa (LIMA, 2008) observou tal dimensão desde a rota das boiadas, transformando o São Francisco no “rio dos currais”, como na fantástica expressão das concessões coloniais denominadas Casa da Ponte e Casa da Torre, até o estudo das instituições modernizadoras no Vale do São Francisco, após o antecedente experimento ferroviário no norte de Minas Gerais.

Em outra dimensão, já trazendo uma perspectiva de território, igualmente política, trouxemos a noção do “homem como elemento” do espaço, na relação de “lugar e valor do indivíduo”. Aportando, assim, em contribuições anteriores de

Milton Santos<sup>2</sup>, nas quais já se exortava o entendimento do espaço como totalidade na perspectiva do esforço de análise. Desse modo, em “Espaço e método” (SANTOS, 1992) o homem seria um elemento do espaço, não meramente como problema antrópico, essa costumeira visão ambiental empobrecedora, mas na qualidade de fornecedor de trabalho, na demanda de cada qual, respondida por firmas e instituições. Homem considerado como conceito, portanto em qualidades dinâmicas do ponto de vista do tempo-espaço. Homem englobado como população o que permitiria uma série de classificações, segundo uma quantidade de dados socioespaciais.

Do mesmo modo, em “Espaço do cidadão” (SANTOS, 2000), no qual se aprende o homem-instituição (cidadania). Qualidade, pela qual seria “[...] impossível imaginar uma cidadania completa que prescindia do componente territorial [...] isso significa, em outras palavras, um arranjo territorial [de] bens e serviços [...]”

(SANTOS, 2000, p. 116). “Homem multidimensional” (SANTOS, 2000, p.99) tal qual o espaço em que habita; cujo valor aparece relacionado ao lugar onde se está, dependendo de sua localização no território, no sentido de que as mesmas virtualidades não seriam as mesmas oportunidades; em função das diferenças de acessibilidade. Assim, indicava-se nesta multidimensionalidade do homem, a insuficiência do modelo econômico e a importância do modelo cívico, este que não pode prescindir do território, ente político.

*Um modelo econômico, tomado isoladamente, e por melhor que ele pareça, não bastará para que os grandes problemas da nação sejam solucionados. A sociedade é mais que a economia [...], também é ideologia, cultura, religião, instituições e organizações formais e informais, territórios, todas entidades sendo forças ativas [...] (SANTOS, 2000, p. 95).*

Percebíamos, já neste momento, a força do método no combate à fragmentação. E, sobretudo, no debate sobre modalidades de desenvolvimentos. Estava aí uma base fundamental “[...] em relação ao questionamento do enfoque



homogeneizador presente nas concepções tradicionais de desenvolvimento [...] uma desconsideração com qualquer visão etapista do desenvolvimento [...]” (CUNHA, 2008. p. 47; 48).

Homem, indivíduo, cidadão: por mais que não pareçam, são termos passíveis de alta dose de abstração, descolando-se do “homem real”. No entanto, todos estes esforços têm sido, no sentido profundo, em “reconstruir o método por meio do homem vivendo” (LIMA, 2003, p. 147), nos seus estratos territorializados. Mas, se do espaço, ninguém está com o corpo fora, faltava-nos ainda o desafio de articular o homem vivendo a partir de uma dimensão que desse conta do princípio da orientação<sup>3</sup>, na completude dos largamente utilizados, na geografia, princípios de extensão e de posição. Aí havia a contribuição de Tonino Bertanini (1985). Nesse movimento, buscavam-se dois balizamentos principais: um sobre as relações entre “poder, cidadania e espaço”, e outro, a respeito do

“corpo político” ou do corpo como poder, por assim dizer, “do corpo como metáfora à geografia cidadã”.

No primeiro balizamento, nos apoiamos em Paulo César da C. Gomes (1997)<sup>4</sup>, este demonstrando que o conceito de cidadania havia nascido como forma de arranjo espacial de relações sociais; Claude Raffestin (1993)<sup>5</sup>, demonstrando as muitas dimensões do conceito de poder, tomando o espaço um campo de forças, “tudo a começar pelo corpo” (LIMA, 2003, p. 148) e Milton Santos que dizia:

*[...] Nada fazemos que não seja a partir dos objetos que nos cercam [...] o geógrafo é obrigado a trabalhar a partir dos objetos que nos cercam [...] a trabalhar com todos os objetos e todas as ações [...] o espaço inclui esta conexão materialística de um homem com o outro (SANTOS, 1996, p. 57).*

Estas contribuições se colocavam como afirmações da lógica da configuração territorial para a interpretação da vida social, da teia de relações sociais, aprofundando o conceito de “cidadania”<sup>6</sup>. Assim, este debate se densifica na contribuição de Neil Smith

(1993), quando este discutia a problemática de sem-tetos em Nova Iorque e Filadélfia (propondo as escalas do corpo, da habitação, junto às do urbano, regional, nacional e global), pela qual se aportava no outro balizamento: do corpo como metáfora ao corpo como poder, referindo-se àquela noção segundo a qual “do espaço, ninguém está com o corpo fora”.

O corpo, nessa relação geografizada, se coloca como a escala geográfica mais elementar, mais irredutível, sendo o acesso físico ao corpo, o acesso físico por meio do corpo e o controle sobre o corpo as vias centrais de disputa nesta escala. É a escala irredutível do confronto em relação às hegemonias:

*A corporeidade ou corporalidade trata da realidade do corpo do homem; realidade que avulta e em impõe, mais do que antes, com a globalização [...] ela é uma dimensão objetiva que dá conta da forma com que eu me apresento, que dá conta também das minhas virtualidades de educação, de riqueza, da minha capacidade de mobilidade, da minha localidade, de minha lugaridade [...] (SANTOS, 1996, p. 10-11).*

Nesse sentido, apontava-se, que de um modo corriqueiro se aceita a

passivamente que o espaço geográfico trata apenas de entender as coordenadas, o localismo, a posição. Estabelece-se a satisfação simplista do sentido espacial de posição com dados estatísticos e demográficos sobre população. Para cada um, para cada qual, o corpo não é um simples fragmento do espaço. Mais além, não haveria espaço se eu não tivesse um corpo. É uma dimensão expressiva, esta a que nos referimos. Reveladora de tensões territorializadas, as mais diversas. É uma dimensão que se presta a construir valores (sociais) territorializados.

É de muita importância, no sentido metodológico, portanto, a expansão da relação cartografias populares e território. No âmbito das representações, no ponto de vista do aporte multidimensional, das conexões geográficas, é necessário problematizar sobre a relação em que os diferentes sujeitos políticos, envolvidos em complexas relações de poder, são defrontados com a apropriação territorial. Está em jogo também a postura dos

pesquisadores em relação ao conhecimento tradicional territorializado. E questionar: quais os usos dos resultados dos mapeamentos? Quais os níveis de aceitabilidade de mapeamentos da cartografia popular como instrumento de resolução de conflitos? Em que medida seria possível superar a hegemonia fragmentadora presente nos documentos cartográficos que expressam as territorialidades?

### **DESENVOLVIMENTOS, TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE: CONCEPÇÕES**

As concepções de desenvolvimento envolvem projetos, valores, intenções, modelos. Como tais estão frequentemente associadas à idéias-eixo que, a rigor, são relações sociais, na medida em que são representações e discursos com referência à produção e organização do espaço. Estas concepções mobilizam forças transformadoras, e recursos de toda ordem (naturais ou artificiais). Avaliamos na

pesquisa de doutoramento (LIMA, 2008), com o aporte da formação territorial, concepções de desenvolvimento vinculadas a políticas ambientais, especialmente as estratégias de Desenvolvimento Sustentável e de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC).

Toda modalidade de desenvolvimento que se preste a construir, projetar e aplicar políticas ambientais pode ser entendida como desenvolvimento territorial. Como já vimos, os desenvolvimentos territoriais se inserem num quadro em que questiona as concepções hegemônicas e fragmentadoras do modo espacial de existência. Nesse sentido, as concepções de desenvolvimento territorial devem apresentar o eixo balizador comum da revalorização do espaço na teoria social crítica (CUNHA, 2008).

Em nossa pesquisa, apresentamos um denso quadro do processo de formação territorial. Esta perspectiva contou, em

parte, com uma bibliografia secundária, sobretudo na reconstituição da história territorial da região Norte de Minas Gerais. Por outro lado, fontes primárias, também foram utilizadas por meio de pesquisa participante, e extenso quadro iconográfico apoiado em mapeamentos e registro fotográfico, para dar conta de processos no período mais contemporâneo no território. Em todo este trabalho se procurou apreender a multidimensionalidade da formação territorial. Aqui, neste texto, apresenta-se, de modo seletivo, algumas situações daquele denso quadro, para que sirvam como pano de fundo, na perspectiva do debate em torno do aporte teórico metodológico que vimos discutindo nestas linhas.

Nesse sentido, “horizontes geográficos” não se podiam perder de vista, portanto, sob o risco da própria pesquisa e ciência ser partícipe de uma determinação fragmentadora. Supõe-se que qualquer idéia-eixo, que seja, abarca:

*[...] uma ação propositiva que interage com uma ação receptiva*

*[...] [e pela qual] [...] a representação do espaço como fração ou fragmento se realiza [...]*  
(FERNANDES, 2005, p. 27).

Assim que, o cerrado nordestino, em questão na pesquisa de doutoramento (LIMA, 2008, p. 66-67), já abrigava mais do que uma mera concepção de um bioma específico, um ecossistema, ou mesmo um domínio morfoclimático. Já pairava sobre aquela região “horizontes geográficos” (MORAES, 1996) os mais diversos: é o sertão do qual se fala como imensas terras, dilatadas por horizontes sem fim. Terras tão imensas, tão sem-centro, tão sem-fim que favoreceu, nesta sua ordem natural fisiográfica, a construção de uma racionalidade colonial balizada pela idéia-eixo de vazio demográfico, de deserto, de sem-gente. Mas é o mesmo sertão onde viviam os abaetés, os tamoios e cataguás; os acroás, os aricobés e os tobajaras; os amoipiras, os tupinás, orens e sacragrinhas; os abatirás, com suas grimpas levantadas de cabelos rípidos, crescidos; canindés e cariris, migrantes ao longo do rio São Francisco à montante;

caiapós e kiriris; os guaíbas ilhotas; os crixás, cururus e goianas; tremembés e tupis; e por fim os xakriabás, que de toda essa gente desta assim chamada terra-sem-gente do sertão, são os únicos sobreviventes contemporâneos, com posse de terra em reserva indígena, garantido certa estabilidade e acesso na escala de corporeidade e se tornando unidade de conservação contida no Mosaico<sup>7</sup> Sertão Veredas-Peruaçu.

Tal miríade de nações indígenas mereceu, em nossa tese, um croqui, o qual foi denominado de Geografia Imemorial (LIMA, 2008, p. 70-72) e procurou dar aparências às suas estabilidades e movimento, sobretudo no vale do rio São Francisco. A perspectiva foi a de produzir visibilidade cartográfica a populações muitas vezes desconsideradas nas representações da historiografia regional sobre o sertão nortemineiro<sup>8</sup>. Não foi ao acaso, ou por naturalidade, que a pesquisa histórica nortemineira, em grande parte, tem subestimado a importância das aldeias

indígenas existentes em referência à avassaladora ocupação colonial do sertão. A rota das boiadas foi tratada como fator absoluto determinante da formação de muitas cidades. Porém, além da organizada e instalada aldeia Xacriabá, na região, outros tantos vestígios e estão presentes: as toponímias, as diversas técnicas extrativistas, o sobrenome dos habitantes. Sem as diversas ações produtoras de visibilidade fica perdida a “apreensão das tensões”, as quais, conforme discutido acima se configura em perspectiva altamente relevante na compreensão da formação territorial das particularidades, na perspectiva de território proposta pelo princípio renovado da conexão geográfica.

Sobrepunha-se ao mesmo lugar, ao mesmo Sertão, o horizonte geográfico da “insuficiência ecológica”, lugar sem importância para a perspectiva colonial de plantação de cana-de-açúcar, produto principal da empresa colonial metropolitana. E se deu o interdito imperial: a cultura pecuária proibida na

zona úmida; a cultura subsidiária da criação de gado tomando o caminho do Sertão. Visão geopolítica que hierarquizava, por certa ecologia política, aquilo que era centro e aquilo que era marginal.

Este mesmo Sertão banhado pelo rio São Francisco, referência de bem mais de quinhentos anos de história, de ocupação por numerosas populações indígenas, rio de eixo e de base, colar de agrupamentos humanos embrionários de cidades até hoje existentes. Rota de devassa e de conquista, portal de entrada para minas diversas e gerais, referência de relação histórica e ecológica, abrigo de famosas iguarias da pesca artesanal e ao mesmo tempo de grandes obras de engenharia hidrelétrica. Sertão base desta constelação de recursos artificiais, fomentando instituições distribuidoras de energia, bem como instituições portadoras do São Francisco escondido em suas siglas, patrocinadoras de eixos de modernizações. Bacia hidrográfica assento de vazantes,

vazanteiros e lavadeiras, preche de lagoas marginais, esta ecologia desinteressante aos grandes projetos de modernização; bacia hidrográfica preche de veredas de buritis, e de muitos córregos e rios, estas hidrogeografias muitas vezes desinteressantes aos eixos rodoviários, levando o geógrafo Ivo das Chagas<sup>9</sup> a afirmar que a cada estrada era uma vereda assassinada. E onde estão as cartas e mapas da cartografia oficial brasileira, registrando, catalogando e qualificando as populações humanas e suas relações com as veredas de buritis?

Sertão do cerrado de muitas feições: cerrado ralo, de campo cerrado, campo sujo, campos rupestres, campos de altitude pousados nas chapadas de onde partem as muitas águas do Brasil; das matas de galerias e veredas protetoras dos corpos d'água, fonte de animais e humanos no clima semi-árido. Sertão dos buritis, em seus diversos usos; das aroeiras em seus diversos usos; da mangaba, nos seus usos

culinários e medicinais; dos pequis, muitas vezes considerados o rei do cerrado.

A despeito da metáfora da “tragédia dos comuns” (CUNHA; COELHO, 2003) esta incentivadora de regulações justificadas sem causalidade lógica<sup>10</sup>, é o sertão das terras comunais, os Gerais dos geraiseiros ou geralistas; área parte do grande sertão veredas roseano.

É sobre estes arranjos do modo espacial de existência que pairam, recorrentemente, eixos colonizadores, modernizadores e desenvolvimentistas, aportando com paradigmas de intensivo uso de recursos naturais. Assim que, como demonstra Carlos Walter Porto Gonçalves (2000), na esteira do mito do vazio demográfico se perde um conhecimento de íntimas relações com o ecossistema, pois se considerava a história apenas a partir matrizes coloniais, implicando a extinção de ecossistemas e populações humanas.

*O Norte de Minas tinha um envolvimento próprio, com contradições próprias e, enquanto uma região conformava uma relativa autonomia quanto à sua dinâmica de*

*uso dos recursos naturais [...] o que ensejou culturas próprias, matrizes de racionalidades diferenciadas e corporificadas no caatingueiro, no geraizeiro, no vazanteiro [...] (GONÇALVES, 2000, p. 28).*

## **EIXOS INTRA-REGIONAIS INDUTORES DE CRESCIMENTO**

Pode-se destacar quatro eixos principais indutores de crescimento, via Estado, para o Norte de Minas: grandes projetos agropecuários, industrialização, reflorestamento e projetos de irrigação (LIMA, 2008, p. 118-119). Entre 1964 e 1971, o município de Janaúba-MG recebe compradores de terras, com a característica de serem os mais abastados da vida urbana e empresas transnacionais que tinham a possibilidade de desfrutar de incentivos fiscais e creditícios proporcionados pela SUDENE. Eram projetos envolvendo grandes extensões territoriais para agropecuária e reflorestamento. No entanto, o fenômeno não ocorre tranqüilamente, pois, o processo com terras levou a conflitos em diversas localidades, e em Itacarambi-MG,

inclusive, conflitos com membros da etnia xacriabá. O Resultado geral é o desabamento de um quadro de desorganização social, mas os eixos desenvolvimentistas acabam por imprimir suas marcas caracterizadoras às geografias dos lugares.

A documentação trabalhada na pesquisa (LIMA, 2008, p. 120) sugeriu que órgãos de produção territorial, voltados para o desenvolvimento regional, mantiveram-se desviados de seus propósitos originais. A idéia de fortalecer as estruturas econômicas dos moradores, dos produtores de alimentos, perdeu o objetivo. As ações acabaram direcionadas para a valorização do grande capital. De uma forma geral, as instituições responsáveis pelo planejamento de desenvolvimento foram, em primeiro lugar, a SUDENE e em segundo, a CODESVASF.

É de se notar que o contexto destes acontecimentos era o fomento da idéia de estado modernizador. Esta idéia, por sua

vez, estava atrelada aos chamados projetos de desenvolvimento e projetos especiais e sociais. O resultado, porém, foi a ampliação de mercado para produtos industriais, culturas para exportação, reflorestamento homogêneo e base em estrutura fundiária concentrada. Documentos registrados por Nilo Américo Lima (2008, p. 122) mostram que as metas da SUDENE eram descritas como o aumento da eficiência do sistema econômico pela elevação da produtividade da agricultura; implantação de um centro dinâmico; modernização da infra-estrutura regional de transportes, comunicações, energia e saneamento; e na prática de “intensiva utilização de recursos naturais”.

Especificamente, no vale do São Francisco nortemineiro, pudemos registrar (LIMA, 2008, p. 131-133) semelhante ação dilapidadora. Referimo-nos ao projeto de Levantamento Integrado de Recursos Naturais da, então, região Noroeste de Minas Gerais (hoje, Norte de Minas), com o Mapa de Recursos



Vegetais/Projeto Planoroeste II, escala 1:500.000, colorido, 1980. Neste documento cartográfico está indicada a área com potencial de recursos lenheiros mais elevado (onde melhor se pode extrair vegetais de grande porte). A área é justamente as margens do rio São Francisco.

Pode-se dizer que o cerne de um tempo-mundo, na gestação, formulação e projeção da idéia-eixo de desenvolvimento sustentável, na perspectiva de uma ordem ambiental internacional (RIBEIRO, 2001), ocorria par a par, no sentido do longo prazo, com as denominadas ações modernizadoras em áreas do território brasileiro. Isso significa um descompasso de tempo e espaço, querendo dizer que os eixos balizadores seriam incongruentes e conflitantes. Daí a necessidade de se enfrentar o desafio da construção participativa de projetos nacionais: os grandes debates.

## **EIXOS DE ORDEM AMBIENTAL INTERNACIONAL**

Se tomarmos, como foco de avaliação da internalização de uma ordem ambiental internacional (RIBEIRO, 2001), a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD – Rio de Janeiro, 1992), observa-se que a escolha do Brasil como sede da referida Conferência tem base, em pressões, surgidas a partir do conhecimento internacional do processo de devastação da Amazônia brasileira. Pontualmente, poderia ser acrescentado o assassinato do líder sindical, Chico Mendes.

Concretamente, a CNUMAD mobilizou um total de 178 Estados-Nação, com a presença de 114 chefes de Estado, sendo esse um número bastante significativo se levarmos em conta que o número de Estados Territoriais, com representação na ONU, pouco ultrapassa a ordem de 200 países. Esta confluência gerou propostas de acordos a serem

assinados. Mobilizou o Brasil, em 1991, a formular o documento, interministerial, “O Desafio do Desenvolvimento Sustentável” que descreve problemas ambientais brasileiros e baliza posições externas do país.

A “manutenção da biodiversidade” foi um dos temas destaques da CNUMAD, contribuindo para a divulgação da idéia de Brasil como “país megadiverso”. Destacase também a elaboração da Agenda XXI que significou um plano de ação, bem como foi relevante o fato de que, pela primeira vez, houve uma reunião conjunta entre Chefes de Estado e ONG’s, o que de alguma maneira contribui para a ampliação do debate em torno da concepção de sociedade civil e participação.

O conceito de desenvolvimento sustentável abrigado na CNUMAD, conforme Wagner Ribeiro (2001), propõe a regulação sobre os recursos naturais em bases de técnicas de manejo ambiental, combate ao desperdício e combate à poluição. Mas, em que pese o

reconhecimento destas diretrizes de regulação, há a percepção de que esta envolveria ajustes globais. No entanto, a tendência tem sido de que os interlocutores dos países têm procurado salvaguardar os interesses nacionais. Esta postura não poderia transformar o balizamento da idéia de desenvolvimento sustentável em mera retórica? Constatase que:

*[...] As preocupações ambientais globais acabam se revestindo de um caráter de divulgação, enquanto na arena da política internacional as decisões de fato têm se encaminhado para contemplar interesses nada difusos [...] (RIBEIRO, 2001, p. 109).*

A considerar estes encaminhamentos, a constatação inicial de Gro Harlem Brundtland, no início deste texto, poderia encontrar aí uma raiz, uma origem. Por outro lado, pode-se pensar na necessidade de elaboração de projetos e planos que tenham assento territorial participativo. E ao mesmo tempo, pensar nas possibilidades de contribuição que a densificação teórico-metodológica, no sentido que vimos aqui discutindo, tem a oferecer.

A Agenda XXI, um plano de ação decorrente da CNUMAD, indica situações relevantes neste debate sobre desenvolvimento e território. De um lado, este documento mobiliza um jogo político, uma frente, capaz de reunir os principais países envolvidos, a saber: os que detêm a biotecnologia e os que possuem os recursos matrizes.

O plano de ação, em si, pontua a pretensão de conformar o binômio conservação ambiental e desenvolvimento; o aparecimento, ainda que indireto, do conceito de pobreza; a conceituação de comunidade local como um nome dado pela ONU às populações viventes sem a organização de Estado e por representarem formas alternativa de reprodução e posse de saberes; o estabelecimento de referenciais sobre mecanismos de gestão de recursos naturais e de participação da sociedade civil.

Constata-se (LIMA, 2008) que a Agenda XXI, contribui, em alguma medida, para a internalização da ordem

ambiental internacional, trazendo alguma modificação no plano das políticas públicas internas, no compromisso que este documento leva de concretizar o desenvolvimento sustentável. Em 1997, o Brasil criou a Comissão de Política para o Desenvolvimento Sustentável, reunindo diversos ministérios relacionados ao desenvolvimento, e isto indicaria a possibilidade de articulação interna de setores que historicamente trabalharam de modo não articulado. Por exemplo, esta iniciativa ofereceu insumos para se elaborar seis temas prioritários para o Plano de Ação: agricultura sustentável; cidades sustentáveis; infra-estrutura e integração regional; gestão de recursos naturais; redução de desigualdades sociais; ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

Algumas questões podem ser levantadas sobre este processo calcado na Agenda XXI: se tomarmos a noção do “modo espacial de existência”, tal quais as diversas contribuições sugeridas aqui,

poderíamos indagar não somente pelo modo de ser: o que é agricultura sustentável? O que são cidades sustentáveis? O que é infra-estrutura e integração regional? O que é gestão de recursos naturais? O que é redução de desigualdades sociais? O que é ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável? Poderíamos indagar se todas estas questões são suficientes para responder às necessidades de transformação da sociedade em torno de novos paradigmas. Assim, estaríamos também afirmando o modo de estar das populações. E, nesse sentido, reconfigurar a articulação de escalas, no sentido amplo da multidimensionalidade do espaço, do modo como estamos tratando aqui, nesse debate, é um bom mote para começar, na medida em que é indicadora do território como base da existência.

### **EIXOS TERRITORIAS APLICADOS AO SERTÃO NORTEMINEIRO**

No Norte de Minas Gerais, a base territorial, empírica, a qual vimos nos

referindo neste texto, demonstra em Nilo Américo Lima (2008, p. 126-205) que os processos têm tendência largamente aberta, o que configura uma abordagem de difícil equação. Nesse aspecto, a estratégia de Desenvolvimento Território de Base Conservacionista se defronta com dois pesos: o peso da história que se faz presente em diversos interstícios da vida social contemporânea da região. E isto o próprio nome dado a este programa ambiental – mosaico sertão-veredas peruaçu – parece reconhecer. Um outro peso, bastante considerável, são as medidas da internalização das formas modernizadoras e sua implementação territorial. Assim, importou verificar o papel das articulações e o sentido dos discursos.

O Estado pode ser considerado como uma estrutura de ação funcionando sob poderes relativamente estáveis na intervenção sobre a vida social. No entanto, a governança (no sentido do ambiente geral da política pública)

demonstrou-se variável e transitória. Muito depende da conjuntura na forma de direcionamento das ações, na atuação por meio de programas, projetos e estratégias. Uma grande questão pode estar em que:

*[...] na periferia, a modernidade não flui de uma vivência comum já instaurada [...] o modernismo se coloca como uma ideologia da modernização [isto é] tem seu papel invertido: de expressão e experiência, a modernidade vira proposição e objetivo. Do tempo presente, migra para o futuro". (MORAES, 2000, p. 141).*

Não partir de uma vivência comum, já instaurada, significa que vetor de transformação tende a desconsiderar o que é comunitário naquela base territorial em questão. Tão pouco produz formas de representação da vida existente no local, e isto evidencia tensões e conflitos. Apesar disso, apesar dessa tendência, “[...] instituições se fazem veiculadoras de ideologias como as representadas nos rótulos que ganham a alcunha de desenvolvimento” (LIMA, 2008, p. 129). Assim, uma outra questão central está no processo pelo qual a distribuição dos recursos não corresponde à distribuição do poder de acesso.

No caso do Norte de Minas, a pesquisa demonstrou que a apropriação dos recursos na região não esteve prioritariamente vinculada a políticas ambientais e, menos ainda, a políticas socioambientais. Pode-se constatar a existência de ampla literatura, variada e tecnicista voltada exclusivamente para aspectos agronômicos e florestais do eucalipto. Por outro lado muito restrita em relação a impactos ambientais. Grandes empresas de monocultura de eucalipto, no cerrado mineiro, acabavam por dominar a vida inteira das populações.

*Em 2000, o Estado de Minas Gerais, sozinho, participa com 38,9% da produção nacional de carvão vegetal. Em 1988, o carvão vegetal consumido era 88% de florestas nativas contra 22% de maciços verticais. Em 2000, 18,5% de florestas nativas contra 82,5% de maciços verticais. (LIMA, 2008, p. 135).*

Complexos florestais em Minas Gerais estiveram constantemente associados à siderurgia. Em 1989, o próprio IBAMA, atuando naquela porção territorial, diminuiu exigências e penalidade em relação aos produtores

de reflorestamento de modo que grandes e médias empresas passam a se suprir do fomento florestal. Para isso, estas empresas promovem uma forma de articulação territorial, pela qual fornecem mudas, insumo e assistência técnica para terceiros (pequenos produtores) atenderem seu abastecimento (LIMA, 2008, p. 137). Hoje, muitos municípios dessas áreas nortemineiras apresentam baixos índices no IDH: o conto de fadas do desenvolvimentismo.

*Vem ocorrendo uma incongruência na postura política e intervenção do estado, pois há uma contradição nas estratégias, na medida em que, ao mesmo tempo em que se desenvolve uma responsabilidade de conservação e proteção, promove-se o desenvolvimento econômico com incentivos fiscais e programas fomentadores de atividades agrícolas e florestais com exploração intensiva de recursos naturais. (LIMA, 2008, p. 142).*

Isto significaria um enclave político. Efetivamente se constata a internalização e estruturação de concepções ambientais do fazer político: secretarias especiais de governo, universidade e outras instituições.

Mas questões existentes revelam tensões: quem deve definir a política em relação aos recursos? Quem são os baluartes do desenvolvimento? A quais setores deveria se vincular este rótulo e qual o significado de sua associação com a exploração dos recursos?

O poder de intervenção territorial se amplia nos últimos anos. Podemos citar algumas instituições responsáveis por relevantes ações no território, atuando com variados planos desenvolvimentistas. CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco); CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco).

*O discurso interno da CHESF incorpora a demanda ambiental, o que é diferente das metas apresentadas nos anos iniciais de sua existência no quais se propunha a objetivos energéticos para aproveitamento econômico do Vale do São Francisco. Destacamos o aparecimento do termo revitalização associada à conservação, este último já conceito clássico da política pública ambiental. O uso dos recursos naturais, que em geral aparecia nas metas de exploração intensiva, aparece agora associado a sustentabilidade e à disponibilidade. (LIMA, 2008, 154-155).*

Outras grandes instituições no sentido do poder de transformação do território podem ser lembradas. Por exemplo, a Agência Nacional de Águas que veicula o discurso do enquadramento de corpos d'água em planos para várias bacias hidrográficas brasileiras, incluindo o Vale do Rio São Francisco. Numa outra ponta está a CEMIG, uma das mais importantes concessionárias de energia elétrica no Brasil e mundo. A área de concessão desta empresa cobre 96,7% do estado de Minas Gerais. É empresa reconhecida como global por investidores internacionais. Foi incluída, pela oitava vez consecutiva, em 2007, no índice Dow Jones de Sustentabilidade como comprovação de capacidade de gerar riqueza sem descuidar da preservação ambiental e projetos sociais (LIMA, 2008, 162-163).

Mas, na segunda quinzena de outubro de 2007 foi responsável pela morte de 20 toneladas de peixes no rio Pandeiros, um dos principais berçários de

ictiofauna do rio São Francisco. Em 30 de março, antes, também em 2007, foi responsável pela morte de outras mais 25 toneladas de peixes na usina Três Marias – MG.(LIMA, 2008, p. 163). Percebe-se que os alcances são de difícil controle, praticamente inexistente controle social, apesar de grandezas institucionais.

Outra significativa instituição é o IEF (Instituto Estadual de Florestas-MG). Até 1986, atuou fortemente para atender demandas siderúrgicas. Passou a compor posteriormente o Sistema Estadual do Meio Ambiente. Mudou a imagem política e, efetivamente, parte de suas ações vem redirecionando competências em favor de políticas ambientais. No entanto, como pode ser demonstrado o próprio IEF protagoniza novos conflitos ambientais, tanto na disputa com IBAMA pelo ordenamento da pesca artesanal no Rio São Francisco, como também em uma certa medida, na responsabilidade pela desestabilização da organização social da pesca, na medida também em que esta

atividade se faz por regras locais e sistema de propriedade comum.<sup>11</sup>

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL CONSERVACIONISTA**

O Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista<sup>12</sup> (LIMA, 2008, p 206-248), significou a aplicação de uma estratégia, um eixo de desenvolvimento, cujo principal produto foi a configuração do Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas-Peruaçu. Esta estratégia possui dois grandes eixos balizadores: o extrativismo e o turismo eco-cultural. Toda estratégia deveria estar centrada a partir de um polígono, desenhado e definido à margem esquerda do Rio São Francisco, Norte de Minas Gerais, configurando uma extensa região reunindo quatorze, das mais diversas categorias de unidades de conservação, além de alguns corredores ecológicos intercalados.

A distribuição de competências nesse grande projeto, em si mesma, já se faz um complicador na medida em que mobilizava, na sua origem, o Ministério do Meio Ambiente, a FNMA, a ONG FUNATURA, esta última na linha de frente. Coube à FUNATURA a organização do Conselho do Projeto, embrião do Conselho Consultivo do Mosaico. Do ponto de vista da estratégia territorial, a proposta de zoneamento ecológico-econômico começou a ganhar corpo, por meio de agências ambientais parceiras, no Projeto Mosaico Sertão-Veredas Peruaçu. A primeira vista a proposta pode parecer coerente já que o zoneamento ecológico-econômico se determina como instrumento articulador de duas dimensões opostas, ecologia e economia. Mas sempre é necessário indagar em que medida são opostas? Sendo opostas, como podem se articular na porção territorial em questão? Em que medida a sustentabilidade se transpõe para a insustentabilidade?



Outra questão a equacionar foi a relação entre sistemas de manejo (mais técnica e instrumental) com gestão comunitária de recursos naturais. Como já vimos, a repartição de acesso, controle, oportunidades e domínios é construída por meio de escalas de ação política que significam recortes, com referências territoriais abrangentes. Isto significa desdobrar alcances que efetivamente estão em relação com soberania, domínio, acesso e participação nas definições sobre recursos e biodiversidade.

No sentido do desdobramento discutido acima, um diagrama da biodiversidade (LIMA, 2008, p. 17) pode expressar complexas relações de divisões sociais e territoriais do trabalho. De um lado teríamos o “eixo da bioprospecção” na apropriação e trabalho com gens, células, tecidos, órgãos, sistema. Este eixo se configura amplamente apoiado nos mais altos e distantes níveis tecnológicos e informacionais, cuja transferência para países detentores de matrizes da

biodiversidade, como o Brasil, é tema de difícil resolução geopolítica.

O “eixo da conservação da biodiversidade” se encontra no nível da guarda de espécies, populações e comunidades (no sentido ecológico restrito destes termos). Haveria ainda um “sub-eixo de conservação da biodiversidade” que trata da guarda de ecossistemas, ou biomas, ou domínios morfoclimáticos. Poderíamos incluir aí certas categorias de áreas protegidas. Em parte, no nível federal brasileiro tem cabido ao Instituto Chico Mendes, desdobrado a partir do IBAMA, a tarefa guardiã neste eixo. Mas porque não pensar na guarda e apropriação compartilhadas? Por exemplo, qual seria o papel de populações tradicionais neste âmbito? E no âmbito do nível da bioprospecção? E porque não pensar no papel dos pesquisadores em suas virtualidades geografadas na escala da corporeidade?

O “eixo das categorias esféricas de natureza” se configura no mais abstrato

destes eixos. Em nível de pesquisa e ciência pode significar também larga divisão de trabalho, ainda, nos dias atuais. Trata-se do trabalho com a biosfera, a litosfera, a hidrosfera, a atmosfera, a pedosfera, a filosfera (*considerada como um habitat que contempla grande biodiversidade e se referindo à superfície das folhas das plantas*). Assim considerada esta problemática mostra a exigência de uma tarefa teórico-metodológica nada simples para equacionar.

Não se pode esperar que os balizamentos de eixos ambientais de desenvolvimento territorial tomem, naturalmente, assento nos vetores de transformação socioespacial. Está claro que os desenvolvimentos territoriais são modalidades específicas de desenvolvimento, cujas características são, em primeira instância, a afirmação da ênfase territorial no eixo balizador das ações; a necessidade de explicitação de uma concepção de território, que para nós, está vinculada ao processo epistemológico de revalorização do espaço na teoria social crítica. Sendo assim, toma-se a perspectiva integradora e híbrida de território. Como tal se refere ao combate as perspectivas

fragmentadoras, etapistas e hegemônicas de desenvolvimento.

O meio ambiente, esse mundo humano, demasiado humano, tem apresentado equívocos e perversidades. No meio ambiente, há divulgações, divagações, as mais ilógicas como, por exemplo, os apelos às consciências forçadamente socializadas: a suposta “consciência ambiental”, este atributo individual e intransferível, que ganha contornos de hegemonização. E por outro lado, a ainda extrema dificuldade de compreensão da multidimensionalidade do modo espacial de existência, cuja articulação de escalas se torna imprescindível para desarticular modos de fragmentação. Esse mundo ambiental, em equívoco, que procura atribuir experiências a instituições como critério de participação, sendo a experiência um atributo humano, conferido na escala da corporeidade: a escala ambiental, por excelência, das virtualidades, da mobilidade, da localidade, da lugaridade.

A escala ponto de partida e ponto de chegada das conexões geográficas, já que do espaço ninguém está com o corpo fora.

## REFERÊNCIAS

ÂNGELO, Claudio. Há abuso no uso de 'sustentabilidade', diz criadora do termo.

Folha.com On-line, Manaus, 22 mar. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1065497-ha-abuso-no-uso-de-sustentabilidade-diz-criadora-do-termo.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2012.

CUNHA, Luiz Alexandre G. Desenvolvimento territorial: algumas reflexões teórico-conceituais derivadas de estudo monográfico. In: ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatriz R.; CANDIOTTO, Luciano Z.P. (Org.) Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 47-61.

FERNANDES, Bernardo. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 8, n. 6, p. 14-34, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. As minas e os gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do norte de minas. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Orgs.). Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade. Montes Claros-MG: Max Gráfica e Editora Ltda, 2000.

LIMA, Nilo Américo. Conservação no cerrado, território, política pública:

mosaico sertão-veredas peruaçu. São Paulo, 2008. (287 f.) Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12112009-164018/pt-br.php> Acesso em: 23 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Geografia cidadã: contribuindo para a emoção como categoria de análise para a geografia. In: SOUZA, M. A. A. de (Org.) Território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Edições TERRITORIAL, 2003. p. 145-153.

MORAES, Antonio Carlos R. Capitalismo, geografia e meio ambiente. São Paulo, 2000. (202 f.) Tese (Livre Docência) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Meio ambiente e ciências humanas. São Paulo: HUCITEC, (1ª ed. 1994) 2002.

MOREIRA, Ruy. Correndo atrás do prejuízo: o problema do paradigma geográfico da geografia.

Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 50-58, out. 2011. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/169/RAE5>. Acesso em: 13 mar. 2012.

RIBEIRO, Wagner C. A ordem ambiental internacional. São Paulo: CONTEXTO, 2001.

SANTOS, Milton. Espaço e método. (3<sup>a</sup> ed.) São Paulo: Nobel, 1992.

\_\_\_\_\_. O espaço do cidadão. (5<sup>a</sup> ed.) São Paulo: Studio Nobel, 2000.

\_\_\_\_\_. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 21-41.

SMITH, Neil. Homeless/global: scaling places. In: BIRD, J.; CURTIS, B.; PUTNAM, T.; ROBERTSON, G.; TICKNER, L. Mapping the futures: local culture, global changes. Londres: Routledge, 1993. p. 87-120.

SOUZA, Maria Adélia; AUTORES, V. Conexões Geográficas. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 71, p. 113-128, 1993.

## FILMOGRAFIA

A INSUSTENTÁVEL leveza do ser. Direção Philip Kaufman. Produção de Warner Bros. Manaus. DVD vídeo, 2007. DVD (172 min.), sonoro, colorido. Legendado. Inglês/Português.

---

<sup>1</sup> Entre 1994 e 1997, durante participação no projeto “TERRITÓRIO, LUGAR E PODER. A formação territorial brasileira e a Constituição de 1988”, então sob orientação de Maria Adélia de Souza, tomamos contato inicial, por meio de Seminários e bibliografia, com a noção e princípio da conexão geográfica.

<sup>2</sup> Referimo-nos a “Espaço e método” e “O espaço do cidadão”, obras de Milton Santos.

<sup>3</sup> Sobre o “princípio de orientação” na geografia, ver: BERTANINI, Tonino. O espaço do corpo e os territórios da vida cotidiana. In: **Seleção de textos**, n. 10, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, junho de 1985, p. 110-141. Este princípio se refere, sobretudo, à relação entre o corpo e os objetos geográficos do espaço, e por assim dizer, à materialidade cotidiana territorializada.

<sup>4</sup> GOMES, Paulo César da Costa. A dimensão ontológica do território no debate da cidadania. In: **Território** 1(2): 43-62. LAGET/UF RJ, 1997.

<sup>5</sup> RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: ÁTICA, 1993.

---

<sup>6</sup> Em Milton Santos o debate sobre cidadania, geografia cidadã e corporalidade reaparece em SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 21, 1996.

<sup>7</sup> Referimo-nos ao Mosaico de Unidades de Conservação, que se constitui em uma expansão agregadora territorializada, prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em caso de proximidade entre diferentes unidades de conservação formando um mosaico regional.

<sup>8</sup> Ver mais considerações sobre esta invisibilidade programada em RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do norte de Minas e o período recente (p. 105-172), in: Martins, F. [et. al.]. **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2000. Ver também COELHO, Marco Antônio T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

<sup>9</sup> CHAGAS, Ivo. Eu sou o cerrado. In: RODRIGUES, Lucilene e MAIA, Claudia (Orgs.). **Cerrado em perspectiva**. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2003.

<sup>10</sup> Baseado na conhecida diferença entre tragédia e drama, segundo a qual a tragédia representa conflitos de ordens desconhecidas ou metafísicas, enquanto o drama representa conflitos promovidos por causas e ações humanas, nas quais se encontram os culpados.

<sup>11</sup> Ver: VALÊNCIO, Norma. Pescadores do rio São Francisco: a produção social da inexistência. São Carlos: Editora RIMA, 2007.

<sup>12</sup> Ver: Relatório de Cumprimento do Objeto Parcial (RCO)/Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu/MMA/FNMA (LIMA, 2008, p. 207, nota 163).